

CARTA ABERTA SOBRE A REVISÃO DA ROTULAGEM NUTRICIONAL

As entidades integrantes da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável receberam com enorme perplexidade as afirmações do novo presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), William Dib, sobre o processo regulatório de revisão das normas de rotulagem nutricional em entrevistas concedidas ao jornal O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo nos últimos dias.

De acordo com as notícias, William Dib teria afirmado ser favorável a advertências coloridas nas embalagens para tornar os produtos mais atrativos e que “há praticamente um consenso [sobre a rotulagem nutricional] para que os avisos devam usar três cores: verde, vermelho e amarelo”. Essas afirmações estão totalmente distantes de tudo o que os diretores da agência vinham manifestando até o momento em reuniões recentes realizadas com membros da Aliança e totalmente contrárias às conclusões divulgadas oficialmente pela sua área técnica.

Certamente, um consenso sobre o assunto nesses termos publicados na entrevista não parece partir da visão técnica oficial da Anvisa. É imprescindível que o presidente da agência recém empossado manifeste-se em nota oficial sobre o conteúdo das entrevistas concedidas aos jornais, na medida em que suas falas, se confirmadas, levantarão a inevitável suspeita de uma intervenção política no processo regulatório, por pressão de representantes de indústrias de alimentos descompromissadas com o objetivo e com a lisura neste processo regulatório. Concretamente, tais manifestações, se confirmadas, representam um péssimo sinal de como as regulações da Anvisa passam a ser conduzidas, a partir de agora, com perda da autonomia técnica de seu corpo de servidores, sem transparência e coerência nos processos.

Desde 2014, os membros da Aliança acompanham as discussões promovidas pela Gerência Geral de Alimentos (GGALI) da Anvisa com a participação de entidades da sociedade civil de defesa do consumidor e da alimentação adequada e saudável, de entidades representativas do setor produtivo, da academia e de institutos de pesquisa. Tais discussões permitiram o amadurecimento de um processo regulatório cujo objetivo é estabelecer uma nova norma para os rótulos de produtos alimentícios e bebidas, com o fim de garantir o melhor exercício do direito à informação dos consumidores para escolhas alimentares conscientes e mais saudáveis. A busca por um modelo de rotulagem nutricional mais adequado para os consumidores brasileiros vinha se desenvolvendo como um dos instrumentos de prevenção da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis no contexto das políticas públicas brasileiras de saúde e de regulação sanitária.

Diversas evidências científicas foram analisadas pela área técnica da Anvisa. Oficialmente, o corpo técnico da agência, sob a constante supervisão e acompanhamento da sua diretoria, avaliou as diferentes propostas para o novo modelo de rotulagem nutricional apresentadas pelos vários atores envolvidos no processo regulatório. E, além disso, durante os últimos quatro anos, realizou revisões das experiências internacionais e analisou os estudos disponíveis que comparam os efeitos desses diferentes modelos de rotulagem nutricional frontal na atenção, no entendimento e no uso dessas informações pelos consumidores.

Esse método de identificação das alternativas mais adequadas para lidar com os problemas mapeados e para atingir os objetivos traçados foi, inclusive, defendido em juízo por integrantes da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, quando o trabalho da agência passou a ser atacado em ação judicial promovida pelos representantes das empresas reguladas, que não se conformam com o propósito do processo técnico e regulatório de garantir as melhores regras para os direitos dos consumidores.

Exatamente ao contrário do que foi dito na reportagem do Estadão, o relatório de análise de impacto regulatório publicado pela Anvisa expressamente previu que a análise das evidências científicas sob a perspectiva da busca por um modelo mais adequado para o Brasil permitiu ao seu corpo técnico, sob relatoria do ex-presidente, Jarbas Barbosa, estabelecer que **“as análises de impacto ex ante e ex post que indicam que os modelos de rotulagem nutricional frontal semi-interpretativos de alerta têm uma relação custo-benefício favorável”**. Afirmou também o corpo técnico da agência que **“dados sugerem que tais modelos auxiliam os consumidores na compreensão do conteúdo nutricional dos alimentos, além de estimularem os fabricantes a reformularem seus produtos”**(grifos nossos).

Ainda de acordo com a análise de impacto regulatório da Anvisa, submetida a uma tomada pública de subsídios, após intensas fases de estudos científicos,

“o conjunto das evidências revisadas permite concluir que os modelos semi-interpretativos de alertas possuem melhor desempenho em relação ao semáforo nutricional na: (a) captura da atenção; (b) compreensão da informação sobre alto conteúdo de nutrientes negativos; (c) redução da percepção de saudabilidade de produtos com alto teor de nutrientes negativos; (d) redução da percepção de frequência de consumo de alimentos com alto teor de nutrientes negativos; (e) intenção de compras (resultados encontrados somente com o uso de escalas).” (grifo nosso)

Os estudos conduzidos pela Gerência Geral de Alimentos (GGALI) e Gerência Geral de Regulamentação e Boas Práticas Regulatórias (GGREG) levou a agência a afirmar em seu relatório público que **o sistema de semáforo baseado nas cores verde, vermelho e amarelo é ineficiente quando comparado ao modelo de alerta para o alcance do objetivo regulatório** de informar o alto teor de açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio, de forma simples, ostensiva e compreensível, para favorecer escolhas alimentares mais conscientes e livres.

É notório que o tema provoca enorme resistência de representantes das grandes indústrias de alimentos e bebidas ultraprocessadas que enxergam na discussão, de forma infundada e injustificada, apenas interesses comerciais afetados. O processo regulatório vem sendo conduzido sobre o manto da fundamentação em evidências científicas para o cumprimento das competências e finalidades institucionais da Anvisa, o que garantiria não apenas a segurança jurídica do processo administrativo regulatório, mas também a confiança de todos os envolvidos.

A defesa da autonomia administrativa e independência técnica da Anvisa ficou nítida nos momentos finais da sua última presidência. O ex Diretor Presidente, Jarbas Barbosa, que

atualmente integra o corpo de brasileiros na Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), afirmou em entrevista ao jornal Folha de São Paulo em 19 de julho deste ano:

“O modelo que colocamos para uma tomada pública de subsídios nitidamente favorece o consumidor porque dá a possibilidade imediata de saber o conteúdo e fazer a escolha do alimento. [...] É importante que todo mundo apresente suas propostas, mas a revisão que foi feita nos mostra que a proposta da indústria, que é o semáforo, é absolutamente inadequada. Vários estudos demonstram isso. O semáforo é facilmente confundido com as cores das embalagens dos alimentos. Também é de difícil interpretação e pode levar a confusão. Se tem um alimento alto em sódio, baixo em açúcar e em gordura, ele teria um semáforo com um sinal vermelho e dois verdes. Que interpretação se faz disso? A maneira que colocamos é muito mais direta, com fundo preto para diferenciar da embalagem e mostrar que é "alto em sódio". Esse modelo faz a indústria buscar tecnologias para reduzir a quantidade de sódio, açúcar e gorduras. A indústria falou que pode demitir pessoas [com a mudança]. Não recebemos nenhum estudo consistente que mostre esse impacto na economia. E em países onde isso foi implementado não houve esse impacto.”

A diferença entre as manifestações do presidente anterior e do atual da Anvisa, divulgadas pela imprensa, demonstra a brutal insegurança jurídica e técnica que a atividade regulatória fica submetida logo nos primeiros dias da mudança de gestão. Trata-se de um forte sinal de alteração dos rumos do processo técnico por uma imposição de cunho político. Essa alteração de objetivos e premissas para atender o pleito focado nos lucros das empresas reguladas e em interesses políticos escusos coloca em crise de confiança a Agência Reguladora até então mais respeitada pelas boas práticas regulatórias.

A sociedade brasileira não admitirá que as mudanças na gestão das instituições brasileiras representem também a mudança dos seus propósitos legais e morais. É tempo de garantir a segurança das instituições e dos seus processos. É imperativo e urgente que o Presidente da Anvisa, William Dib, venha a público para esclarecer sua manifestação à imprensa.

As entidades da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável não permitirão que a autonomia técnica, científica e decisória da Anvisa seja ameaçada, nem que a regulação sanitária em defesa da saúde pública seja fragilizada, e tomarão as medidas cabíveis para resguardá-la contra retrocessos e intervenções políticas.

28 de setembro de 2018.

Organizações que fazem parte da Aliança

